



## Análise

### **11/07/2007 - A Venezuela no Mercosul ..... p.01**

Em 2006, a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao Mercosul, porém, um ano depois, em julho de 2007, ainda aguardam-se as decisões dos Congressos brasileiro e paraguaio para aprovação da entrada definitiva do país ao bloco.

## Resenha

### **10/07/2007 - Irã e Venezuela assinam acordos bilaterais ..... p.05**

Em meio a críticas ao programa nuclear iraniano e aos protestos do presidente Chávez contra a política externa estadunidense, Irã e Venezuela iniciam uma nova etapa na parceria comercial e energética com o início das obras de uma indústria de metanol binacional.

### **12/07/2007 - Manifestação na Colômbia pela libertação de reféns ..... p.08**

Em uma manifestação coletiva de repúdio aos seqüestros promovidos pelas FARC e exigindo a libertação dos cerca de 3 mil reféns que os guerrilheiros mantêm atualmente, mais de 1 milhão de pessoas protestaram em várias cidades da Colômbia. Frente à essa pressão popular, o governo de Álvaro Uribe busca soluções para a atuação dos guerrilheiros, ainda sem muito sucesso no que diz respeito à libertação de reféns.

---

# A Venezuela no Mercosul

---

Análise  
Integração Regional

Joana Laura Marinho Nogueira  
11 de julho de 2007

---

**Em 2006, a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao Mercosul. Porém, um ano depois, em julho de 2007, ainda aguardam-se as decisões dos Congressos brasileiro e paraguaio para aprovação da entrada definitiva do país ao bloco.**

---

**E**m Julho de 2006, a República Bolivariana da Venezuela assinou, em Caracas, o Protocolo de Adesão ao Mercosul<sup>1</sup> [Ver também: [A inserção da Venezuela no Mercosul](#)]. No entanto, pelo artigo 12<sup>2</sup> do Protocolo de Adesão, para que ele torne-se válido, todos os países que compõem o Mercosul, mais a Venezuela, devem ratificá-lo<sup>3</sup>. Todavia, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, um ano após sua assinatura, apenas a Argentina fez o depósito<sup>4</sup>, mas o processo de internalização já foi finalizado na Venezuela e no Uruguai, faltando a apreciação do Congresso do Paraguai e do Brasil. Neste, o termo já está em tramitação na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da Câmara dos Deputados (MSC-82/2007).

Em maio de 2007, quando o Congresso

brasileiro se preparava para inserir na pauta de votação a ratificação do Protocolo de Adesão da Venezuela no Mercosul, o Governo Venezuelano negou a renovação da concessão da *Radio Caracas Televisión* (RCTV), atitude que causou reações de diversos setores e organismos internacionais. [Ver também: [RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelano](#)]

A este respeito o Congresso brasileiro aprovou uma nota de repúdio a ação do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que respondeu com críticas. Instaurou-se assim, uma crise entre os países. Enquanto o Senado esperava um pedido formal de desculpas do Presidente venezuelano, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, amenizava as reações afirmando que aquela deveria ser uma decisão soberana do país.

Dias depois, enquanto os líderes do Mercosul reuniam-se em Assunção, na reunião de cúpula do bloco, Hugo Chávez, visitava Teerã. Durante sua passagem pela capital iraniana, afirmou que seu país não está interessado em entrar num “velho” Mercosul que não aceita mudanças. Ainda segundo Chávez, o problema para aceitação da Venezuela é que causado pela direita latino-americana, “chantagista e manipuladora”, que não quer no bloco, assim caso ela tivesse mais força do que a proposta de integração, eles não hesitariam em se retirar.

---

<sup>1</sup> Mercosul - Vide Glossário.

<sup>2</sup> ARTIGO 12 - O presente Protocolo, instrumento adicional ao Tratado de Assunção, entrará em vigência no trigésimo dia contado a partir da data de depósito do quinto instrumento de ratificação.

<sup>3</sup> Ratificação - inserir o texto no ordenamento jurídico nacional, ou seja, receber aprovação do Poder Legislativo, validando assim o acordo.

<sup>4</sup> Depósito, termo do direito internacional que significa que o país comprovou a internalização de um acordo, ou seja, sua inserção no ordenamento jurídico daquele país.

Nas palavras de Chávez, "se eles não querem que nós entremos no Mercosul, nós não temos nenhum problema. Inclusive, sou capaz de retirar a solicitação. Não estamos desesperados para entrar no Mercosul, porque nossa prioridade é construir nosso modelo de desenvolvimento.", conforme o divulgado pela Agência Bolivariana de Notícias (ABN).

Esta atitude levou a uma resposta do presidente Lula, que, na ocasião, encontrava-se em Lisboa, na cúpula Brasil - União Européia. Nas palavras do Presidente brasileiro, "para entrar tem que ter as regras, para sair não tem regras. Se não quiser ficar, não fica.". Lula completou que é importante tanto a participação da Venezuela, quanto a participação do Equador, da Bolívia, da Colômbia ou a do Peru.

Numa outra declaração, Chávez afirmou que se, num período de três meses, não se completar a adesão da Venezuela ao bloco, o país se retiraria definitivamente. Por essa declaração, o Congresso brasileiro entendeu que o Presidente venezuelano teria firmado como prazo para aprovação da ratificação do Protocolo de Adesão da Venezuela, até setembro. Caso contrário, ele, por si só, resolveria o problema saindo do bloco.

Esta declaração gerou tamanho constrangimento, que ocasionou uma visita do embaixador da Venezuela no Brasil, Julio Garcia Montoya ao Congresso Nacional, para explicar a declaração do Presidente às autoridades brasileiras. Segundo o Embaixador, a declaração de Chávez não significava um ultimato ao Congresso, mas sim um forte desejo do Presidente de ver a Venezuela como membro pleno do Mercosul até setembro.

No entanto, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, Senador Heráclito Fortes (DEM-PI), duvida que essa aprovação saia em três meses. A tramitação do protocolo tem sido impedida pelo acúmulo de medidas

provisórias que vêm trancando a pauta de votação da Câmara dos Deputados.

Por tudo isso, a entrada da Venezuela no Mercosul tem se tornado um desafio ao legislativo brasileiro, uma vez que existem opiniões contrárias à entrada da Venezuela no Bloco, especialmente, por parte dos setores diretamente vinculados ao comércio.

Os exportadores brasileiros se mostram desfavoráveis à entrada da Venezuela. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras entidades ligadas à exportação no Brasil defendem a rejeição do Protocolo de Adesão, visto que como membro pleno a Venezuela teria poder de veto sobre as negociações comerciais que já estão em andamento com a União Européia e com os Estados Unidos.

Além disso, devem-se considerar também os problemas de autoridade na Venezuela, uma vez que o presidente Chávez vem transformando seu país em um Estado autoritário, tendo em vista as últimas atitudes tomadas por ele no país, a saber: negar a concessão da RCTV, canal de oposição ao governo, bem como poder reeleger-se indefinidamente. Problemas com a democracia impediriam a entrada do país no Mercosul, devido à vigência da Cláusula Democrática<sup>5</sup>, que estabelece que a democracia é condição indispensável para a existência e desenvolvimento dos processos de integração.

Não se sabe ao certo se foi um acerto ou um erro a tentativa de integração com a Venezuela. Uma maior integração do subcontinente sul-americano é favorável à região, uma vez que facilita o intercâmbio comercial dos países, fortalecendo a relação dos países. No entanto, a Venezuela vem mostrando-se não cooperativa em diversos assuntos,

---

<sup>5</sup> Artigo 1º: A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo. (Protocolo de Ushuaia)

especialmente no que diz respeito às relações com os EUA.

Para o cientista político Marcelo Coutinho, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, "com um ator tresloucado como o Chávez há duas escolhas: ou incorpora ou isola. A opção foi integrar. O Brasil estava conceitualmente correto. O projeto era que o bloco servisse como amálgama da região, a começar pela cláusula democrática."

O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI), Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, levantou a hipótese de considerar o caráter permanente da decisão de inserir a Venezuela no Mercosul frente à transitoriedade de Hugo Chávez na presidência venezuelana. Todavia, os últimos acontecimentos na Venezuela deixam dúvidas quanto à transitoriedade do poder de seu atual mandatário.

Não há dúvidas que o presidente foi legalmente eleito. Entretanto, também é legalmente possível que ele seja reeleito infinitas vezes, assim como ocorre com o governo de Cuba. Além disso, deve-se considerar o fato de haver divergências entre as propostas governamentais dos quatro países membros do Mercosul e de seu novo integrante, a Venezuela.

O Presidente venezuelano já deixou claro querer mudanças no bloco, e não há que se pensar num novo sócio que ao entrar já deseja modificações na estrutura existente. Menos ainda, imaginar que a Cláusula Democrática do Mercosul, importante instrumento para a manutenção da democracia na região, seja posta em segundo plano.

A Venezuela é um país, em que, historicamente, prevalece a democracia. É verdade que os instrumentos democráticos permanecem presentes naquele país, porém a considerar as últimas atitudes do presidente (suspensão da concessão da RCTV) e pela incansável necessidade de mudanças, pode-se questionar até quando elas se manterão.

O "suposto" ultimato dado por Chávez repercutiu também no Parlamento do Mercosul. Seu presidente, o uruguaio Roberto Conde, declarou que deverá discutir com os governos dos países as declarações do presidente venezuelano.

Assim como no Brasil, o empresariado paraguaio também não é favorável à entrada da Venezuela no bloco. O presidente da União Industrial Paraguaia, Gustavo Volpe, argumenta que o governo de Chávez é contra o livre comércio e censura veículos de comunicação.

O presidente paraguaio, Nicanor Duarte aguardava, segundo suas palavras, o "melhor momento" para o envio ao legislativo do pedido, já que a oposição paraguaia tem maioria no Congresso. Porém, no dia 04 de julho de 2007, o projeto de ratificação do Protocolo foi enviado para apreciação legislativa. E ao contrário do que acontece no Brasil, o presidente Duarte afirma que em até 60 dias, o Congresso paraguaio terá um posicionamento sobre o assunto.

O caso tomou proporções críticas, que um grupo de parlamentares venezuelanos está programando uma viagem ao Brasil a fim de resolver qualquer mal entendido criado pelas declarações do presidente Chávez. O protocolo foi enviado pelo Executivo brasileiro em fevereiro e para ser aprovada, a proposta deve passar pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, além do plenário das duas casas.

Um outro problema que deve ser considerado pelos parlamentares brasileiros para aprovação do Protocolo é que, conforme o acordo assinado em 2006, a Venezuela tem até 2014 para ajustar as suas taxas aduaneiras e comerciais às do bloco, ou seja, o país deve reduzir continuamente as tarifas até alcançar o patamar exigido pelas regras do Mercosul. Contudo, até agora o governo venezuelano não demonstrou boa vontade nesse sentido. Por conta disso, se pode

considerar que, talvez, o país só agora tenha verificado os reais custos desta liberalização, uma vez que a conta de transações com a Venezuela tem saldo largamente favorável para o Brasil.

Diante de todos esses percalços, os legisladores brasileiros devem ponderar os custos da rejeição ou aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela no Mercosul. Não há dúvidas que uma maior liberalização do comércio será benéfica ao Brasil, pois se sabe que as relações comerciais de Brasil e Venezuela são sólidas e favoráveis ao primeiro, conforme é possível observar através dos valores do intercâmbio comercial dos países.

Contudo, há de se pensar nos custos políticos desta não aproximação. É desejo do presidente Lula, desde o início do seu primeiro mandato, integrar os países sul-americanos numa comunidade de nações, sob liderança brasileira, sempre no sentido de implementar sua estratégia de política externa que vislumbra fortalecer a cooperação Sul-Sul.

O Brasil deve agora assumir os custos da liderança e ponderar as reais necessidades do subcontinente e do bloco. Considerando que, os custos da rejeição da entrada da Venezuela, podem ser menores do que administrar, para o futuro, o ímpeto do Presidente venezuelano, no seu discurso autoritário e ideológico, em que o papel da Venezuela no continente é supervalorizado.

## Referência

### Documento:

Costa, Darc. Uma visão geral sobre a Venezuela. Seminário América do Sul. Disponível em <[www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)>. Acessado em 08 de julho de 2007.

### Sites:

Ministério das Relações Exteriores da Venezuela

<http://www.mre.gov.ve/Noticias/>

Ministério das Relações Exteriores da Paraguai

<http://www.mre.gov.py/es/>

Mercosul

<http://www.mercosur.int/msweb/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.com.br>

El Clarín

<http://www.clarin.com>

Câmara dos Deputados - Brasil

<http://www2.camara.gov.br/>

### Ver Também:

10-08-2006 - [A inserção da Venezuela no Mercosul](#)

07-06-2007 - [RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelano](#)

**Palavras-chave:** Venezuela, Mercosul, Protocolo, Adesão, Joana, Nogueira.

---

# Irã e Venezuela assinam acordos bilaterais

---

Resenha  
Integração  
Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro  
10 de julho de 2007

---

**Em meio a críticas ao programa nuclear iraniano e aos protestos do presidente Chávez contra a política externa estadunidense, Irã e Venezuela iniciam uma nova etapa na parceria comercial/energética com o início das obras de uma indústria de metanol binacional.**

---

**E**m 2 de Julho de 2007, o presidente venezuelano, Hugo Chavèz, visitou o Irã, com o objetivo de estabelecer acordos bilaterais, principalmente na área de petroquímicos. “Irã e Venezuela – o eixo da unidade”, título pelo qual a parceria entre os dois países tem sido denominada, era a frase presente em cartazes na inauguração da fábrica de metanol<sup>1</sup> em Assaluyeh, no Irã, de construção conjunta entre Teerã e Caracas.

O projeto da fábrica, que prevê ainda o estabelecimento de outra em território venezuelano, contribui para o fortalecimento da parceria entre os dois países, que tem como ponto em comum a grande produção e exportação de petróleo, além de adotarem uma postura contrária à política externa dos Estados Unidos da América (EUA), considerada, por eles, como imperialista.

Os governos iraniano e venezuelano se beneficiam da parceria que, além da construção da indústria binacional, possuída em 51% pelo Irã e 49% pela Venezuela, prevê a assinatura de outros acordos comerciais. O Irã, mesmo sendo um grande extrator e exportador de

petróleo tem dificuldades no refinamento e possui um alto índice de consumo de gasolina dessa maneira, acordos que estabeleçam a venda do combustível venezuelana para o país são muito bem vindos. Com a importação, o Presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad poderia continuar mantendo os preços da gasolina baixos através de subsídios. O Irã importa gasolina de dezesseis países, totalizando 40% do produto utilizado internamente e, enquanto o mercado internacional comercializa gasolina a U\$ 2,00 o galão, ela é vendida a U\$ 0,34 no Irã, totalizando 5 bilhões de dólares ao ano em subsídios aos vendedores segundo matéria do *New York Times*, de 3 de julho de 2007.

Mesmo assim, na semana anterior à assinatura dos acordos, um regime de racionamento de gasolina causou protestos por parte da população. Esse regime provavelmente se origina de uma política de precaução iraniana em decorrência de possíveis sanções impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao programa nuclear do país. O governo iraniano vê os acordos assinados com a Venezuela como garantia do fornecimento de combustível, caso as sanções da ONU impeçam o Irã de importar gasolina de alguns de seus atuais fornecedores.

Para Chávez a parceria com o Ahmadinejad reforça sua posição antiestadunidense, dando o apoio

---

<sup>1</sup> O metanol é diferente do etanol. O etanol pode ser produzido através da fermentação de açúcares retirados de vegetais, enquanto o metanol é normalmente extraído de bacias de gás natural. Ambos são álcoois que podem ser usados na produção de combustíveis.

internacional que ele precisa para sua campanha “contra o imperialismo”. Além disso, o petróleo corresponde a 62%<sup>2</sup> do total de exportações do país, assim, um mercado asiático que se expanda além dos atuais parceiros, China e Japão, é um objetivo possível.

A fábrica petroquímica será construída na cidade portuária de Assaluyeh e terá capacidade para produzir 1,65 milhões de toneladas de álcool por ano. A cidade fica ao sul do Golfo Pérsico, ao norte da maior bacia de gás natural do mundo, a bacia do Pars do Sul, dividida entre Irã e Qatar. A cidade já possui o complexo industrial iraniano Zona Econômica Especial de Energia do Pars (PSEEZ <sup>3</sup> sigla em inglês), onde ficam localizadas diversas instalações e refinarias ligadas a petroquímicos. O empreendimento da construção das duas unidades, a primeira no Irã e a segunda na Venezuela, custaria 1,4 bilhões de dólares e seriam necessários quatro anos para completá-lo.

A visita do Presidente Hugo Chávez ao Irã é a terceira do ano e faz parte de uma estratégia de “diplomacia energética”. O petróleo, principalmente em decorrência da situação atual relativa aos altos preços que tem alcançado, funciona como uma ferramenta catalisadora de parceiros comerciais, permitindo que Chávez negocie com outros países a partir de uma posição de independência e autosustentabilidade, de acordo com o jornal *El Comercio*, do Peru. É provavelmente cedo para ligar esses movimentos com o projeto bolivariano do presidente, mas é certo que essa estratégia está destinada a afrontar os EUA, principal alvo das críticas venezuelanas. O projeto inclui entre outros aspectos a utilização dos recursos petrolíferos em planos de redistribuição de renda e projetos assistencialistas focados em melhoras na nos setores da educação e

saúde, voltadas para a população mais necessitada do país. Tudo ocorreria através de “missões”, ou seja, iniciativas governamentais ou privadas com objetivos específicos. Como exemplos, a Missão Robinson que provê ensino de gramática e aritmética para adultos através de voluntários, ou a Missão Guaicaipuro, que procura restaurar direitos da população indígena do país através de ações governativas. Além disso o projeto inclui planos de militarização do país como reformas nas forças armadas e compra de armamentos. O projeto, porém, tem sido criticado em alguns aspectos. Apesar do grande apoio popular, os níveis de desemprego depois da entrada de Chávez no governo venezuelano e do início do projeto bolivariano, tem crescido, assim como as denúncias de corrupção eleitoral e governamental.

O fortalecimento da parceria favorece também a campanha Iraniana: “Vida longa às nações da Venezuela e do Irã e morte aos seus inimigos e de todas as nações livres do mundo” foi o pronunciamento de Ahmadinejad durante a cerimônia de abertura da fábrica binacional. Em meio às repercussões sobre seu programa nuclear, a aliança com Chávez, que apóia o programa iraniano, defendendo o direito do país de produzir energia, vem em boa hora. Os acordos comerciais com a Venezuela garantem a posição ativa do Irã no mercado internacional e abrem caminho para novos parceiros e mercados na América do Sul. Além disso, o Irã se encontra cada vez mais isolado do mundo, assim, a parceria Teerã só tem a ganhar com a parceria com Chávez.

Em janeiro de 2008 o presidente iraniano Ahmadinejad planeja fazer uma viagem à América Latina, visitando três países: Venezuela, Nicarágua e Equador. Esta será a segunda visita do presidente à Venezuela, sendo que a primeira aconteceu em setembro de 2006. Nesse ano foram iniciados os projetos de perfuração para a fábrica petrolífera a ser

<sup>2</sup> *Governo Bolivariano de Venezuela*

<sup>3</sup> *Pars Special Energy Economic Zone*



instaurada em território venezuelano, como prevê o projeto bilateral de Assaueh. Em 2008 a visita pretende não apenas reforçar os laços que os dois países têm na área petrolífera e energética, mas mostrar que a aliança entre os dois países é mais forte que os acordos comerciais que eles tem assinado.

## Referência

---

### Sites:

Assaluyeh - base de dados  
petroquímicos do Irã

<http://www.assaluyeh.com/page.php?where-en>

New York Times

<http://www.nytimes.com/2007/07/04/world/middleeast/04iran.html?ex=1341201600&en=59a304846d1c3988&ei=5088&partner=rssnyt&emc=rss>

Governo Bolivariano de Venezuela

<http://www.ine.gov.ve/>

El Comercio

<http://www.elcomercio.com.pe/EdicionImpresa/Html/2007-05-21/ImEcMundo0726255.html>

Islamic Republic News Agency

<http://www.irna.com>



---

# Manifestação na Colômbia pela libertação de reféns

---

Resenha  
Segurança

Raphael Rezende Esteves  
12 de julho de 2007

---

Em uma manifestação coletiva de repúdio aos seqüestros promovidos pelas FARC e exigindo a libertação dos cerca de 3 mil reféns que os guerrilheiros mantêm atualmente, mais de 1 milhão de pessoas protestaram em várias cidades da Colômbia. Frente à essa pressão popular, o governo de Alvaro Uribe busca soluções para a atuação dos guerrilheiros, ainda sem muito sucesso no que diz respeito à libertação de reféns.

---

Principalmente devido à morte de 11 deputados que vinham sendo mantidos reféns por mais de 2 anos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), mais de 1 milhão de pessoas protestaram por toda Colômbia, no dia 6 de julho de 2007.

Em várias cidades colombianas, as atividades encerraram-se ao meio-dia, dando início a uma variedade de atividades como missas e marchas, que congregaram diferentes parcelas da população, como estudantes, familiares de vítimas de seqüestros, sindicatos e funcionários públicos. As operações aéreas em todos os aeroportos foram suspensas, causando atraso nas aterrissagens e decolagens. Os meios de comunicação do país também aderiram aos protestos, encorajando a população a participar das manifestações.

A reivindicação principal era a libertação dos mais de 3 mil indivíduos mantidos em cativeiro no país, assim como a entrega dos corpos dos 11 deputados assassinados em junho de 2007.

A razão da morte dos deputados tem sido motivo de muita controvérsia. As FARC argumentam que os mesmos teriam sido

vítimas de um confronto entre as próprias FARC e uma força militar não identificada, que teria se mobilizado para resgatar os congressistas. O governo colombiano, por sua vez, nega a autoria de qualquer operação nesse sentido.

Desde junho, quando os deputados foram mortos, os corpos dos mesmos não foram entregues pelas FARC, o que começou a gerar mais suspeitas sobre a veracidade da versão apresentada pelo grupo. O Vice-Presidente da Colômbia, Francisco Santos, defendendo que os guerrilheiros não devolveriam os corpos, argumentou: "Se eles devolverem, poderemos constatar que foi um assassinato coletivo sem que tivesse havido nenhum tipo de provocação."

As FARC vêm atualmente negociando a entrega dos corpos à Cruz Vermelha, e reconheceu sua falha em preservar a integridade dos reféns, que poderiam ser utilizados em trocas com o governo da Colômbia.

As soluções aventadas para conseguir a libertação dos reféns em domínio das FARC, contudo, divergem grandemente. Os guerrilheiros, por exemplo, defendem um acordo humanitário realizado em uma zona desmilitarizada do país. Esse acordo



envolveria a libertação de cerca de 500 guerrilheiros que são mantidos presos pelo governo colombiano. O Presidente colombiano, entretanto, é veementemente contra a desmilitarização de qualquer região da Colômbia, e aponta que uma democracia não pode se concretizar em um território no qual exista o terrorismo – referindo-se à uma possível zona desmilitarizada.

Ainda assim, o presidente colombiano tem sido acusado de ser demasiadamente benevolente em relação às demandas das FARC, em especial no que se refere à libertação de cerca de 200 guerrilheiros detidos, dentre os quais se destaca Rodrigo Granda. Essas acusações se dão, também, devido ao posicionamento mais duro apresentado por Uribe durante a campanha presidencial.

Rodrigo Granda foi apontado como um importante líder guerrilheiro, sendo denominado “chanceler” das FARC. Granda enfrenta acusações de assassinato no Paraguai, tendo o Presidente paraguaio, Nicanor Duarte, requisitado seu julgamento em território paraguaio. Sua libertação tem considerável conexão com o seqüestro de Ingrid Betancourt, uma ex-candidata à presidência do país, seqüestrada em 2002.

Ingrid Betancourt tem dupla cidadania, colombiana e francesa, de modo que seus familiares que vivem na França pressionaram o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, a interceder pela mesma junto ao Presidente Uribe. Desencorajando um resgate pela força, o que poderia levar os guerrilheiros a assassinar Betancourt, Sarkozy teria solicitado a libertação de Rodrigo Granda, o que representa um movimento em encontro às demandas dos guerrilheiros para libertarem os reféns.

Ainda que controversa, a libertação de Rodrigo Granda foi defendida pelo vice-presidente colombiano, que a percebe como facilitadora da abertura do diálogo e de um processo de paz, no futuro.

A suposta benevolência do presidente colombiano seria, segundo partidos de oposição, fruto de um cálculo estratégico de Uribe. Segundo Carlos Gaviria, líder do Partido Pólo Democrático Alternativo (PDA), a benevolência de Uribe para com os rebeldes presos serviria para ofuscar alguma condescendência para com 13 congressistas presos sob a acusação de envolvimento com grupos paramilitares. Estes grupos existiriam desde a década de 1980, visando o combate aos guerrilheiros.

Encontram-se, também, sob o domínio das FARC, três cidadãos estadunidenses, que teriam sido feitos reféns em 2003. Thomas Howe, Keith Stannsen e Marc Gonçalves e mais dois tripulantes sobrevoavam o território colombiano, em uma ação antidrogas, quando o avião teve um problema em um dos motores e caiu. Após o acidente, sendo os únicos com vida, os três foram levados pelas FARC e mantidos em cativeiro até hoje.

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, 19 países já se mobilizaram para pedir a libertação dos reféns em poder dos guerrilheiros, como França, Estados Unidos, Espanha, Suíça e Brasil. Considerou-se, inclusive, a possibilidade deste último servir de palco para a concretização de um processo de paz entre as FARC e o governo colombiano.

Essa consideração foi fruto de uma oferta formulada pelo Presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, em 8 de junho de 2007. Lula afirmou poder contribuir com o que quer que o presidente colombiano peça, estando disposto a ajudar na libertação dos reféns em poder das FARC.

Avanços foram conseguidos no que diz respeito à negociação entre os guerrilheiros e o governo colombiano. Tais avanços se dão principalmente em relação à libertação dos corpos dos deputados, devido à disposição de ambos os lados na negociação em contar com a participação da Cruz Vermelha.

Resultados mais significativos, entretanto,



como a libertação de reféns, ainda não foram conseguidos. Dessa forma, os frutos oriundos da estratégia adotada por Alvaro Uribe, de libertação de guerrilheiros detidos, ainda não permitem uma avaliação positiva consistente, restando a espera por mais resultados das negociações.

## Referência

### Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

O Estado de São Paulo

<http://www.estado.com.br>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

### Ver também:

05/06/2007 - [Novos movimentos paramilitares na Colômbia](#)

08/10/2004 - [Colômbia: política de segurança de Alvaro Uribe](#)

17/05/2004 - [Violência na Colômbia](#)

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica – MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Morlim; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

